



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
End. Rua Jair Dias nº 150. Centro. CEP. 76.979-000. Telef. (69) 3447 - 1051
E-mail: controladoriaparecisro@hotmail.com

UNIDADE DE CONTROLE INTERNO/2017

**RELATÓRIO ANUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS/RO,
REFERENTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 01 DE JANEIRO Á 31 DE
DEZEMBRO DE 2016.**

Relatório Anual de 2016.

PARECIS/RO
29/03/2017



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
End. Rua Jair Dias nº 150. Centro. CEP. 76.979-000. Telef. (69) 3447 - 1051
E-mail: controladoriaparecisro@hotmail.com

UNIDADE DE CONTROLE INTERNO/2017

**RELATÓRIO ANUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS/RO,
REFERENTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 01 DE JANEIRO Á 31 DE
DEZEMBRO DE 2016.**

Relatório Anual de 2016.

Relatório anual emitido pela Unidade de Controle Interno do poder executivo da prefeitura municipal de Parecis/RO contendo avaliações do exercício de 2016, para fins de prestação de contas ao TCE-RO (Tribunal de Contas do Estado de Rondônia).

PARECIS/RO
29/03/2017



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	8
2.1	Áreas Envolvidas	8
3	PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS	9
4	APURAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS PELA AUDITORIA	10
4.1	Poder Legislativo (Câmara Municipal)	10
4.1.1	Competência da Câmara Municipal.....	10
4.2	Poder Executivo (Gabinete do Prefeito).....	11
4.2.1	Competência do Chefe do Executivo Municipal	11
4.3	Planejamento Governamental – PPA, LDO e LOA.....	11
4.3.1	PPA (Plano Plurianual)	12
4.3.2	LDO (Lei das Diretrizes Orçamentárias).....	12
4.3.3	LOA (Lei Orçamentária Anual).....	13
4.4	Almoxarifado	14
4.5	Bens Patrimoniais	14
4.6	Recursos Humanos.....	15
4.7	Licitações e Contratos Administrativos, Dispensas e Inexigibilidades de Licitação	18
4.8	Contabilidade/Tesouraria	19
4.9	Execução Orçamentária	20
4.9.1	Saldo das Dotações Orçamentárias	22
4.9.2	Gráfico Onde Foi Gasto o Maior Número de Orçamento.....	23
4.9.3	Alterações Orçamentárias.	24
4.9.4	Análise do Resultado Orçamentário.	27



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

4.9.5	Análise do Desempenho da Receita Orçamentária.....	28
4.9.6	Análise do Desempenho das Despesas Orçamentárias.....	32
4.9.7	Análise dos Estoques de Restos a Pagar.....	36
4.9.8	Análise do Superávit/Déficit Financeiro	37
4.10	Gestão Fiscal e Limites Constitucionais.....	37
4.10.1	Metas Fiscais.....	38
4.10.2	Resultado Primário	39
4.10.3	Resultado Nominal	39
4.10.4	Receitas e Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....	41
4.10.5	Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde.....	43
4.11	Análise da Gestão Patrimonial, Financeira e Balanços	44
4.11.1	Resultados das Variações Patrimoniais	44
4.11.2	Liquidez Corrente	45
4.11.3	Liquidez Geral.....	46
4.11.4	Endividamento Geral	46
4.12	Balanço Orçamentário	48
4.13	Balanço Financeiro	49
4.14	Balanço Patrimonial.....	50
4.15	Demonstração do Fluxo de Caixa.....	51
4.16	Dívida Pública.....	52
4.16.1	Dívida Fundada	52
4.16.2	Dívida Flutuante.....	53
4.17	Indicadores Gerenciais.....	55
4.17.1	Indicadores Gerenciais dos Exercícios.....	55



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

4.18	Análise do Portal da Transparência	55
4.19	ENCAMINHAMENTO DOS DOCUMENTOS E RESPECTIVAS PUBLICAÇÕES.....	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o que dispõe a Instrução Normativa nº 005/2000, 013/2004 (alteradas pelas Instruções Normativas nº 16/2005, nº 25/2009, nº 35/2012, nº 38/2013 e nº 40/2014) e Lei Complementar nº 154/96, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, apresenta-se o Relatório Anual de Auditoria da Prefeitura Municipal de Parecis/RO, referente à Prestação de Contas do Exercício Anual de 2016, elaborado posteriormente ao período referido. O exercício foi analisado e descrito em um relatório, pela Unidade de Controle Interno da Prefeitura Municipal, tendo como Controlador, o **Senhor Vitor Hugo Moura Rodrigues**, empossado através do termo de posse decreto nº 026 referente ao concurso público nº 001, realizado no ano de 2014.

O presente relatório será acompanhado do Certificado de Auditoria, Parecer do Dirigente e Pronunciamento de Autoridade Superior, no intuito de completar as apreciações realizadas sobre os atos e fatos desenvolvidos na Gestão Municipal, tendo como gestor, o Excelentíssimo Senhor Prefeito **Luiz Amaral de Brito**, praticados durante o exercício de 2016.

A **Unidade de Controle Interno** da Prefeitura Municipal, de forma geral, relata as atividades desenvolvidas em relação, a execução financeira, patrimonial e orçamentária da gestão, dentro do exercício do ano de 2016. Foram realizadas verificações dos controles referentes à distribuição e execução das despesas, onde se inclui todas as etapas posteriores, resultantes direta ou indiretamente dos atos administrativos, atos estes que afeta todos os setores da estrutura organizacional pública do Município de Parecis/RO.

Informa-se, ainda, que o presente relatório visa extrair todas as dúvidas geradas pela administração, assim como, orientar e incentivar a adoção de providências necessárias para atingir com maior eficiência, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a igualdade, a publicidade, a probidade administrativa, a vinculação ao instrumento convocatório, o julgamento dos objetivos e a economicidade dos atos praticados.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

Os trabalhos foram desenvolvidos na sede da Prefeitura Municipal, por meio de exames, análises e apreciações complementares das atividades de prestação de contas da gestão municipal.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

2 RELATÓRIO DE AUDITORIA

2.1 Áreas Envolvidas

- 1. Poder Legislativo;**
- 2. Poder Executivo;**
- 3. Planejamento Governamental;**
- 4. Almoxarifado;**
- 5. Bens Patrimoniais;**
- 6. Recursos Humanos;**
- 7. Licitações e Contratos Administrativos, Dispensas e Inexigibilidades de Licitação;**
- 8. Contabilidade/Tesouraria;**
- 9. Divisão de Arrecadação;**
- 10. Execução Orçamentária;**
- 11. Execução Financeira;**
- 12. Execução Patrimonial;**
- 13. Gestão Fiscal;**
- 14. Encaminhamento dos Documentos do Quadrimestre e Respectivas publicações;**
- 15. Materialidade das Exigências Resultantes da Lei de Responsabilidade Fiscal.**

O planejamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial, de todos os setores organizacionais da administração pública municipal de Parecis/RO, podem ser encontradas e acompanhadas dentro do PPA (Plano Plurianual) nº 010/2013, na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) nº 560/2015 e na LOA (Lei Orçamentária Anual) nº 561/2015.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

3 PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS

O presente relatório se justifica, uma vez que trará ferramentas que auxiliará á observação das atividades da atual gestão pública do Município de Parecis/RO, assim como seus atos administrativos. O relatório visa mostrar á transparência das atividades públicas diante das legislações cabíveis e outros fundamentos legais. Deste modo, o mesmo tem como objetivo, definir com clareza a finalidade das análises realizadas nas áreas envolvidas, no sentido de emitir conceitos, recomendações e sugestões á regularidade dos atos praticados, em consonância com as legislações vigente.

As legislações que servem de apoio para rever atos administrativos e confrontar com os parâmetros legais dentro da gestão pública, no intuito de evitar possíveis ilegalidades são:

- ✓ **Constituição Federal do Brasil;**
- ✓ **Constituição do Estado de Rondônia;**
- ✓ **Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;**
- ✓ **Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;**
- ✓ **Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações;**
- ✓ **Lei Federal nº 10.529/02 e suas alterações;**
- ✓ **Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações;**
- ✓ **Lei Complementar nº 101/2000(Lei de Responsabilidade Fiscal);**
- ✓ **Resoluções e Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;**
- ✓ **Demais Leis e Decretos, bem como outras normas.**

Foram realizadas pesquisas descritivas (quantitativas e qualitativas) com as secretarias e órgãos da administração municipal, assim como á retirada de dados contábeis junto ao setor de contabilidade, no intuito de adquirir o maior número de dados possíveis sobre a situação atual da gestão. As Informações foram realizadas mediante pesquisas de campo e bibliográfica (Decretos, Leis e Resoluções), análises técnica dos referidos dados contábeis.



4 APURAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS PELA AUDITORIA

4.1 Poder Legislativo (Câmara Municipal)

O poder legislativo ou câmara municipal da administração dos municípios configura-se, como assembléia de representantes dos cidadãos ali residentes. O espaço físico (prédio) da assembléia legislativa do município de Parecis/RO, está situada na Rua Judite Jesus de Oliveira, com o nome de João Bosco Atoe e seu Plenário recebe o nome de Candinho Inácio de Lima.

A assembléia legislativa que representa os cidadãos do município de Parecis/RO é composta por 09 vereadores, onde os mesmos elegeram para responsável direto (Presidente) da câmara o, Excelentíssimo Senhor Adalberto Amaral de Brito, durante o exercício de 2016.

O Executivo Municipal efetuou, no exercício de 2016, repasses em valor empenhado no total de R\$ 756.356,07 (setecentos e cinquenta e seis mil trezentos e cinquenta e seis reais e sete centavos) para o Poder Legislativo, correspondendo a 4,80% da receita arrecadada no ano anterior, que foi de R\$ 15.747.181,09 (quinze milhões setecentos e quarenta e sete mil cento e oitenta e um reais e nove centavos), portanto, inferior ao limite Máximo legal de 7%, disposto no inciso I do at. 29-A da Carta Magna, com a redação dada pela Emenda Constitucional 58/2009.

4.1.1 Competência da Câmara Municipal

De acordo com o art. nº 43, inciso VIII, Lei Orgânica do Município de Parecis, é da competência exclusiva da Câmara Municipal julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de cento e vinte dias de seu recebimento, observando os cláusulas do relatado artigo.

Prosseguindo, nos termos do art. nº 166, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, pelo princípio da simetria constitucional, cabe á comissão (Permanente ou



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

Especial) examinar e emitir parecer sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito.

4.2 Poder Executivo (Gabinete do Prefeito)

A Constituição Federal Brasileira de 1988 prevê, em seu capítulo VII “Da Administração”, seção I “Disposições Gerais”, art. 37º “a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e também ao seguinte: (EC nº 18/89, EC nº 20/98, EC nº 34/2001/ EC nº 41/2003, EC nº 42/2003 e EC nº 47/2005)”.

O poder executivo é o poder do Estado (Território Federal, Estadual ou Municipal), em que nos moldes da constituição de um país, possui atribuições de governar um povo e administrar os interesses dos mesmos, cumprindo fielmente as ordenações legais.

Assim sendo, e respeitando as normas legais, o poder executivo do município de Parecis/RO, é exercido diretamente pelo prefeito municipal, Senhor (a) Excelentíssimo **Luiz Amaral de Brito** e Vice-Prefeito (a) a Senhora Excelentíssima **Ivone Oliveira Santos Duarte**.

4.2.1 Competência do Chefe do Executivo Municipal

Nos termos do art. nº 83, inciso XXI, Lei Orgânica do Município de Parecis, compete privativamente ao Prefeito prestar contas à Câmara Municipal, do exercício findo, até o dia 15 (quinze) de abril do exercício subsequente.

4.3 Planejamento Governamental – PPA, LDO e LOA

O desenvolvimento e execução de uma administração pública de qualidade e transparência devem ter seus pilares fixados em leis e planejamentos adequados, a fim de se obter a maior gama de resultados benéficos possíveis. Para a execução das atividades públicas o gestor deve criar planejamentos e incluir suas metas e obrigações, porém, tudo deverá ser realizado de acordo com os parâmetros legais.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

A própria Constituição da República Federativa do Brasil prevê os seguintes planejamentos para a administração pública, o PPA (Plano Plurianual), a LDO (Lei das Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual). Os relatados planejamento são instrumentos integrados para um planejamento geral, onde um é vinculado ao outro, razão a qual uma boa execução orçamentária necessariamente dependerá de um adequado planejamento tático-operacional das ações estatais (PPA), pois é dele que derivam as outras ferramentas de apoio tais como LDO's e as LOA's.

4.3.1 PPA (Plano Plurianual)

O PPA (Plano Plurianual) do município de Parecis/RO, é um instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo nº 165 da Constituição Federal do Brasil, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública. Logo o município materializou o relatado e criou a lei complementar nº 010/2013, que dispõem sobre o plano plurianual do município de Parecis, para o período de 2014 á 2017, estimando um custo total para o período de R\$ 54.641.183,80 (cinquenta e quatro milhões seiscentos e quarenta e um mil cento e oitenta e três reais e oitante centavos).

De acordo com o Resumo do PPA – para o período de 2014 á 2017, o valor projetado para os exercícios, ficaram alocados da seguinte forma:

Tabela 1: Resumo do PPA de Acordo com Lei Complementar 010/2013.

Total do PPA - Exercício de 2016					
Projeto/Atividade/Operações Especiais					
Ano	2014	2015	2016	2017	Total
Total do PPA	R\$ 12.677.379,00	R\$ 13.311.214,00	R\$ 13.976.839,80	R\$ 14.675.706,00	R\$ 54.641.138,80

Fonte: PPA do Município de Parecis/RO - valores projetados para cada exercício.

4.3.2 LDO (Lei das Diretrizes Orçamentárias).

A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) compreenderá as metas e prioridades da administração, incluindo em seu escopo, todas as despesas de capital financeiro para o exercício seguinte, assim como também, orientará na



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

elaboração da lei orçamentária anual, dispondo sobre as alterações na legislação tributária, de tal modo a estabelecer políticas de aplicação das agências financeiras oficiais. A LDO esta prevista no artigo nº 165 da Constituição Federal, inciso II.

Assim sendo, o município concretizou o relatado por meio da Lei Ordinária nº 560/2015, que dispõem sobre, as diretrizes orçamentárias do município de Parecis para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências. Com a relatada lei o município definiu as metas, prioridades e critérios para a elaboração e execução do orçamento do município para o exercício de 2016, em atendimento o art. nº 4 da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Tabela 2: Demonstrativo das Metas Fiscais - Exercício de 2016.

Demonstrativo das Metas Fiscais	
Descrição	2016
Resultado Primário	R\$ 266.936,71
Resultado Nominal	-R\$ 207.550,41
Dívida Pública Consolidada	R\$ 916.740,28
Dívida Consolidada Líquida	-R\$ 1.041.418,90

Fonte: Metas Fiscais do Exercício de 2016 (2017).

4.3.3 LOA (Lei Orçamentária Anual)

A LOA (Lei Orçamentária Anual) compreende a vigência do exercício de 01 (um) ano, onde a mesma traz em seu escopo, as programações e ações orçamentárias, com recursos alocados para retratar os bens e serviços da gestão pública em benefício pró-sociedade. Portanto, os bens e serviços da gestão pública, são destinados à sociedade de forma a beneficiar a coletividade e não a individualidade.

Deste modo, a fim de seguir os parâmetros legais, o município de Parecis/RO, desenvolveu a lei ordinária nº 561/2015, que estima as receitas e fixa as despesas do município de Parecis-RO, para o exercício financeiro de 2016 e da outras providências. A mesma compreende o Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social, onde estima uma receita e fixa a despesa em R\$ 13.306.262,72 (treze



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

milhões trezentos e seis mil duzentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos).

Frisa-se, que a estimativa da Receita Orçamentária do período foi avaliada pelo TCE-RO, conforme decisão monocrática nº GCESS-TC 00294/15.

4.4 Almoxarifado

O almoxarifado é um setor ou lugar específico dentro de uma administração, seja ela privada ou pública, responsável por preservar os materiais tangíveis existentes. O mesmo serve como um ambiente de proteção e preservação, adequando à sua natureza, a fim de suprir as necessidades operacionais dos setores integrantes da estrutura organizacional da gestão.

Abaixo encontra-se o resumo da movimentação do Almoxarifado durante o exercício de 2016:

Tabela 3: Resumo das Movimentações para Contabilidade.

Relatório de Bens Patrimoniais				
Movimento	Saldo Anterior	Entradas	Saídas	Saldo Atual
Total das Contas	R\$ 7.604.163,70	R\$ 419.688,69	R\$ 20.951,72	R\$ 8.002.900,67

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados junto a Contabilidade Municipal de Parecis/RO.

4.5 Bens Patrimoniais

Abaixo encontra-se o relatório de bens patrimoniais do exercício de 2016:

Tabela 4: Resumo de Bens para a Contabilidade.

Relatório do Saldo de Almoxarifado				
Movimento	Saldo Anterior	Entradas	Saídas	Saldo Atual
Total das Contas	R\$ 4.534.729,62	R\$ 735.580,76	R\$ -	R\$ 5.270.310,38

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Prosseguindo a análise, constata-se que esta Controladoria, recomendou formalmente, sobre a instituição do processo de avaliação dos bens patrimoniais. Contudo o mesmo ainda não foi realizado, logo Advirta-se para o relatado no intuito



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

de cumprir e atender as legislações em vigor. Relata-se ainda que consta protocolado no Gabinete do Prefeito o Manual/Regulamento de Administração e Regulamentação de Patrimônio e Almojarifado do Município de Parecis/RO, regido por esta Unidade Central de Controle Interno. O presente Manual/Regulamento é regido pelas seguintes legislações, Lei Federal 4.320/1964, Lei Federal 8.666/1993, Lei Federal 8.883/1994, Lei Orgânica nº 009/97 do município e Portarias do STN (448/2002 e 828/2011).

4.6 Recursos Humanos

De acordo com o servidor responsável pelo GRH (Gestão de Recursos Humanos) da prefeitura municipal de Parecis/RO, o quadro de funcionários efetivos, encontrou-se com alterações durante o exercício de 2016, mediante o concurso público número 001/2014, deste modo, logo, verifica-se, que o quadro de funcionários em portarias também sofreu alterações. Porém cabe recomendar a averiguação do quantitativo de portarias, para evitar-se de problemas ao futuro.

Para fins de verificação de gastos com pessoal previsto na lei de responsabilidade fiscal (lei nº 101 / LRF), foi elaborada a seguinte tabela, com seus respectivos dados:

Tabela 5: Demonstrativo das Despesas com Pessoal (lei nº 101 / LRF).

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
2º Semestre de 2016		
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (A)	INSCRITAS EM restos a pagar não processados (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	R\$ 7.429.409,32	R\$ -
Pessoal Ativo	R\$ 7.413.839,74	R\$ -
Pessoal Inativo e Pensionistas	R\$ 15.569,58	R\$ -
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ -	R\$ -
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	R\$ 322.307,82	R\$ -



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 118.665,56	R\$ -
Decorrentes de Decisão Judicial	R\$ -	R\$ -
Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 203.642,26	R\$ -
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ -	R\$ -
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	R\$ 7.107.101,50	R\$ -
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	R\$ 7.107.101,50	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	R\$ 15.686.699,06	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	45,31%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	R\$ 8.470.817,49	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	R\$ 8.047.276,62	
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	R\$ 7.623.735,74	

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Após análise dos dados da tabela descrita anteriormente, verifica-se, que os gastos com pessoal estão dentro do limite pré-estabelecido pelas legislações vigente, art. nº 20 e nº 22 da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). Todavia, é recomendada a observação contínua dos mesmos, para evitar grandes transtornos futuros.

Outro importante indicador para fins de acompanhamento da despesa total com pessoal é o confronto entre a variação da Receita Corrente Líquida (RCL) e a Variação da Despesa com Pessoal. O gráfico a seguir apresenta a evolução nos últimos três exercícios (2014 á 2016):



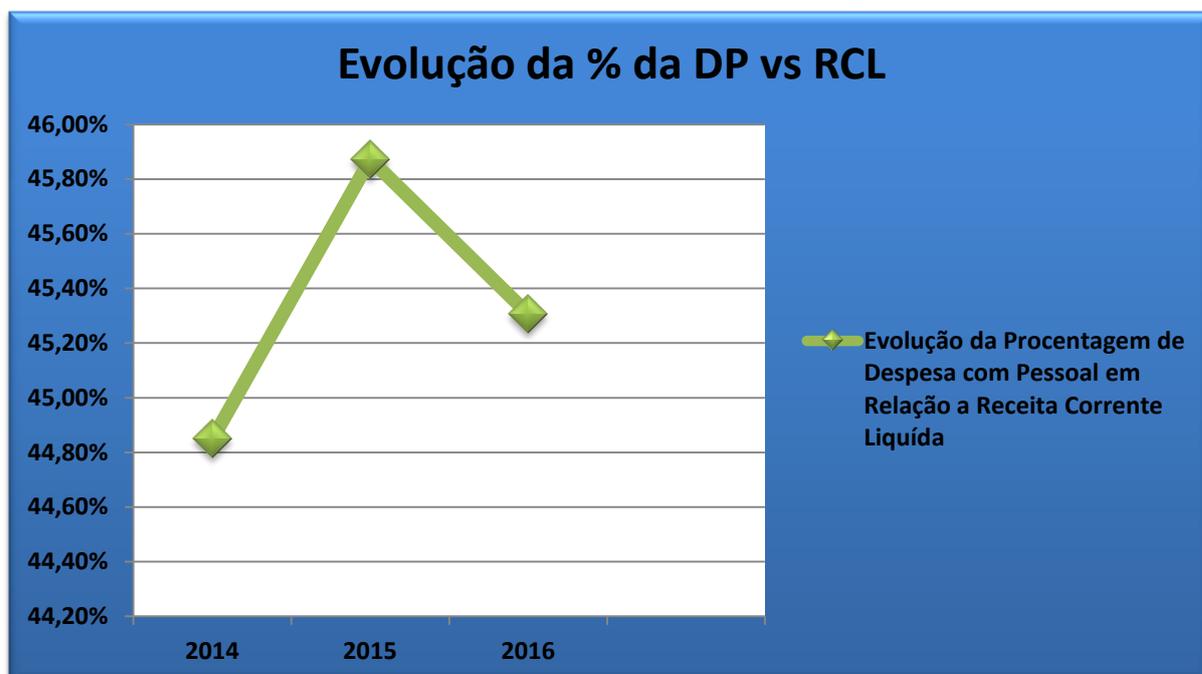
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

Figura 1: Gráfico de Demonstração da Evolução da DTP e RCL (2014 á 2016).



Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Figura 2: Gráfico de Demonstração da Evolução da Porcentagem de Despesa com Pessoal em Relação a Receita Corrente Líquida.



Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

Ao analisar o gráfico anterior, percebe-se que a Despesa de Pessoal dentro do exercício de 2016 obteve uma considerável diminuição em relação a receita corrente líquida se considerarmos o exercício de 2015, contudo pode-se destacar que ainda está acima da margem obtida no exercício de 2014, podendo o município planejar formas de diminuir gastos com pessoal, alocando e distribuindo funções a o pessoal existente.

Destaca-se ainda, que sobre a Gestão Previdenciária, o município não institui regime próprio de previdência, desta, forma as contribuições previdenciárias dos servidores são recolhidas para o regime geral de previdência - INSS.

4.7 Licitações e Contratos Administrativos, Dispensas e Inexigibilidades de Licitação

Para a realização de análises, verificações e fiscalizações de todos os procedimentos técnicos, referente a licitações e contratos administrativos, foi instituída uma CPL (Comissão Permanente de Licitação), através do decreto nº 093/GP/2015, para a modalidade de licitação, e um decreto nº 094/GP/2015, para modalidade pregão. A comissão tem profissionais habilitados/capacitados para realização dos certames.

Os registros cadastrais, são realizados da seguinte forma: o licitante comparece com os documentos necessários, entrega a CPL (Comissão Permanente de Licitação), para devida avaliação e posteriormente é emitido cadastro.

No decorrer do exercício de 2016, as modalidades de licitações realizadas até o presente momento, de acordo com o órgão responsável, foram pregão presencial, pregão eletrônico, carta convite, concorrência, tomada de preço e dispensa/inexigibilidade de licitação, todas justificadas e amparadas pelas leis vigentes (Lei nº 8.666/93, Lei 8.883/94, Lei nº 10.520/02 e outras Leis assim como Instruções Normativas). A fim de dirimir possíveis dúvidas, também está sendo realizado o Sistema Registro de Preço. O contexto relatado pode ser confrontado



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

com os relatórios quadrimestrais do exercício de 2016, realizado por esta Unidade de Controle Interno.

Para fins de respeitar as exigências da lei 8.666/93, assim como a própria Constituição Federal Brasil, em relação à divulgação e publicação, as modalidades estão devidamente divulgadas e publicadas. Os locais de divulgação e publicação são a, Associação Rondoniense de Municípios (AROM), Diário da Amazônia, Jornal de Grande Circulação, Diário Oficial do Estado e da União, Site da Prefeitura e Mural, todos de acordo com as exigências pré-estabelecidas.

4.8 Contabilidade/Tesouraria

Os serviços de contabilidade da Prefeitura Municipal de Parecis/RO, são de responsabilidade do Senhor Genair Marcilio Frez (contador / inscrito no CRC – RO nº 007595-07), efetivo, empossado no cargo de contador, através do concurso nº 001/2014, Decreto nº 038/GP/2014 e os serviços da tesouraria são de responsabilidade da Senhora Vera Ferreira de Oliveira portaria nº 083/2013.

As atividades da contabilidade/tesouraria, são lançadas e controladas pelos profissionais usando o Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).



4.9 Execução Orçamentária

As atividades financeiro-orçamentárias de uma organização, seja ela privada ou pública, envolvem todo um planejamento estratégico, onde as mesmas envolvem tanto decisões em curto, médio e longo prazo.

As decisões em curto prazo, referem-se, às atividades como:

- ✓ Gestão do caixa;
- ✓ Concessão de crédito a clientes;
- ✓ Obtenção de crédito junto a fornecedores;
- ✓ Negociações com bancos;
- ✓ Gerenciamento de riscos; e
- ✓ Entre outras.

As decisões em longo prazo, referem-se, às atividades como:

- ✓ Estratégias de financiamento; e
- ✓ Estratégias de investimentos.

Ainda, segundo Lemes Júnior “*et al*” (2005, p. 13), “o planejamento financeiro é uma das interfaces das finanças com as diversas áreas da administração”, ou seja, da mesma forma que um determinado setor está interligado ao outro, todos os outros também estarão.

No ambiente da gestão pública não é diferente, o planejamento financeiro é de forma estratégica, uma ferramenta para atender de forma eficaz e eficiente os objetivos propostos.

O Planejamento Orçamentário, é o instrumento utilizado pela Administração Pública, para definir, como os recursos arrecadados dos cidadãos por meio dos tributos (impostos, taxas e outros), serão aplicados em projetos por meio da gestão pública, visando o melhor atendimento de necessidades ou de demandas da sociedade como um todo.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

O Planejamento Orçamentário do Município de Parecis/RO, do exercício de 2016, foi aprovado pela Lei Ordinária nº 561 de 14 de dezembro de 2014, onde estimou a receita e fixou a despesa para o exercício na ordem de R\$ 13.306.262,72 (treze milhões trezentos e seis mil duzentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

4.9.1 Saldo das Dotações Orçamentárias

O saldo das dotações orçamentárias é a junção orçamentária de todas as unidades administrativas existentes dentro da administração pública municipal. Deste modo, para fins de análise e apreciação do saldo das dotações, do exercício 2016, da Gestão Municipal de Parecis/RO, foi desenvolvida uma tabela demonstrativa, como pode ser visualizada abaixo:

Tabela 6: Dotações Orçamentárias.

Saldo das Dotações Orçamentárias por Unidade - Exercício de 2016						
Especificações	Dotação Inicial	Alter. Orçament.	Dotação Atual	Empenhado	Reservado	Saldo
Poder Legislativo	R\$ 740.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 757.000,00	R\$ 756.356,07	R\$ -	R\$ 643,93
Poder Executivo (Gabinete do Prefeito)	R\$ 749.669,44	R\$ 14.262,06	R\$ 763.931,50	R\$ 763.880,40	R\$ -	R\$ 51,10
SEMAF	R\$ 1.852.100,00	R\$ 386.801,70	R\$ 2.238.901,70	R\$ 2.238.564,96	R\$ -	R\$ 336,74
SEMED	R\$ 3.810.183,30	R\$ 1.367.719,33	R\$ 5.177.902,63	R\$ 5.139.455,09	R\$ -	R\$ 38.447,54
SEMOSP	R\$ 1.664.700,00	R\$ 806.979,75	R\$ 2.471.679,75	R\$ 2.467.299,54	R\$ -	R\$ 4.380,21
SEMAGRI	R\$ 170.500,00	R\$ 17.105,66	R\$ 187.605,66	R\$ 185.186,71	R\$ -	R\$ 2.418,95
FMS	R\$ 3.010.111,11	R\$ 894.597,06	R\$ 3.904.708,17	R\$ 3.552.821,98	R\$ -	R\$ 351.886,19
SEMEC	R\$ 100.000,00	-R\$ 37.942,17	R\$ 62.057,83	R\$ 61.977,17	R\$ -	R\$ 80,66
SEPLAN	R\$ 383.400,00	-R\$ 136.710,80	R\$ 246.689,20	R\$ 245.681,20	R\$ -	R\$ 1.008,00
FMAS	R\$ 825.598,87	R\$ 210.490,40	R\$ 1.036.089,27	R\$ 954.922,07	R\$ -	R\$ 81.167,20
Total	R\$ 13.306.262,72	R\$ 3.540.302,99	R\$ 16.846.565,71	R\$ 16.366.145,19	R\$ -	R\$ 480.420,52

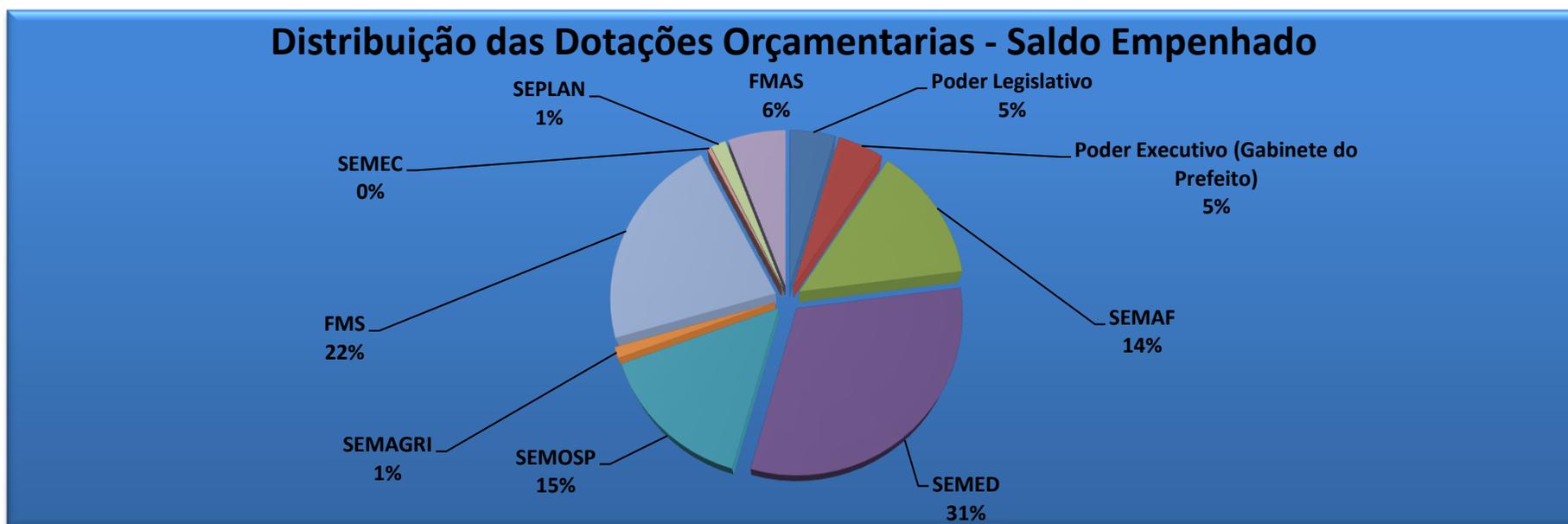
Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).



4.9.2 Gráfico Onde Foi Gasto o Maior Número de Orçamento

Após apreciações e análises das dotações orçamentárias realizadas, foi desenvolvido um gráfico que ilustra a distribuição das dotações orçamentárias dentro dos diferentes setores da administração pública municipal de Parecis/RO. Segue a seguir o gráfico com as demonstrações:

Figura 1: Gráfico de Demonstração da Distribuição das Dotações



Fonte: Unidade de Controle Interno (2017).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

4.9.3 Alterações Orçamentárias.

Ao analisar o exercício de 2016 percebe-se, que o mesmo teve abertura de créditos adicionais, proporcionando Alterações Orçamentárias. Para análise do contexto, fica demonstrado da seguinte maneira, o volume de alterações orçamentárias:

Tabela 7: Alterações Orçamentárias.

Alterações Orçamentárias	
Dotação Inicial	R\$ 13.306.262,72
(+) Créditos Adicionais Suplementares	R\$ 3.419.117,51
(+) Créditos Especiais	R\$ 3.540.302,99
(-) Anulações	R\$ 3.419.117,51
(=) Despesas Autorizadas	R\$ 16.846.565,71
(-) Despesas Empenhadas	R\$ 16.366.145,19
(=) Saldo de Dotação	R\$ 480.420,52
Variação / %	26,61%

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Tabela 8: Composição das Fontes de Recursos Utilizados.

Composição das Fontes de Recursos		
Fonte de Recursos	Valor	%
Superávit Financeiro	R\$ 1.175.569,77	16,89%
Excesso de Arrecadação	R\$ 766.205,35	11,01%
Anulação de Dotação	R\$ 3.419.117,51	49,13%
Operações de Crédito	R\$ -	0,00%
Superávit Orçamentário	R\$ -	0,00%
Recursos Vinculados	R\$ 1.598.527,87	22,97%
Total	R\$ 6.959.420,50	100,00%

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Em análise ao quadro anterior, realizando confrontações das despesas autorizadas de R\$ 16.846.565,71 (dezesesseis milhões oitocentos e quarenta e seis mil quinhentos e sessenta e cinco reais e setenta e um centavos) com as despesas empenhadas de R\$ 16.366.145,19 (dezesesseis milhões trezentos e sessenta e seis



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

mil cento e quarenta e cinco reais e dezenove centavos), verifica-se que houve um saldo de dotação na quantia de R\$ 480.420,52 (quatrocentos e oitenta mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e dois centavos).

Ainda em análise ao quadro, percebe-se que o orçamento inicial foi de R\$ 13.306.262,72 (treze milhões trezentos e seis mil duzentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos) e as despesas atualizadas ao final do exercício foi de R\$ 16.846.565,71 (dezesesseis milhões oitocentos e quarenta e seis mil quinhentos e sessenta e cinco reais e setenta e um centavos), evidencia-se assim uma variação de 26,61%, demonstrando que o planejamento orçamentário não foi aguçado, sofrendo variações.

Prosseguindo a análise, os créditos adicionais abertos dentro do exercício em questão atingiram a quantia de R\$ 6.959.420,50 (seis milhões novecentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta centavos), se equivalendo a 52,30% do valor total inicialmente estimado, distribuídos em créditos adicionais suplementares e os especiais. Os créditos suplementares representam 49,13% e os especiais 50,87% do valor total dos Créditos Adicionais.

A LOA - Lei Orçamentária Anual (Lei Ordinária nº 561/2015) autorizou em seu art. 4º, letra a, o Poder Executivo desta municipalidade, a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 20% do total estimado, realizado por ações próprias (decreto) desde que justificada a real necessidade. Verifica-se que dos créditos adicionais abertos no exercício de 2016, a quantia de R\$ 3.419.117,51 (três milhões quatrocentos e dezenove mil cento e dezessete reais e cinquenta e um centavos) correspondem aos créditos adicionais suplementares, abertos com fundamentos no art. 4º da LOA, cujo valor representa 25,70% do Orçamento Inicial. Ao analisar o quadro anterior, percebe-se que, a abertura de créditos adicionais não reverenciou o limite previsto no art. 5º da LOA.

A Constituição Federal da Republica Federativa do Brasil de 1988, tem sentido oposto quanto à permissão de aberturas de créditos adicionais, porém não impede sua concretização, contudo, pode-se, considerar uma conduta a ser



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

abrandada ao longo do tempo, visto que é de suma importância aumentar a eficácia dos planejamentos estratégicos (orçamento). Este contexto considera-se a partir do momento que as Leis Orçamentárias são apenas ato autorizativo da despesa, onde a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) em seu artigo 1º, § 1º, diz:

Art. 1º [...]

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

[...]

Ao analisar o contexto do presente relatório, em se tratando das variações orçamentárias, pode-se constatar uma grande variação orçamentária dentro do exercício orçamentário de 2016, sendo necessário o aperfeiçoamento da ferramentas de gestão e planejamento orçamentário, objetivando os princípios da eficiência e eficácia. A presente recomendação visa abster-se de realizar reajustes dentro do planejamento já realizado, pois mesmo com limites fixado na LOA, o mesmo pode desconfigurar as peças orçamentárias e infringir os mandamentos das legislações vigente.

Com relação à fonte Superávit Financeiro o valor total foi de R\$ 1.175.569,77 (um milhão cento e setenta e cinco mil quinhentos e sessenta e nove reais e setenta e sete centavos), ao confrontar-se com o valor do exercício anterior de R\$ 1.402.547,05 (um milhão quatrocentos e dois mil quinhentos e quarenta e sete reais e cinco centavos), percebe-se que o mesmo não era suficiente para fazer face à totalidade dos créditos abertos sob está presente rubrica.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

4.9.4 Análise do Resultado Orçamentário.

O resultado orçamentário é um importante indicador de desempenho dentro de uma Gestão Orçamentária, o mesmo gera evidências do confronto entre a receita realizadas e as despesas executadas, e tem o objetivo de demonstrar o quanto equilibrado foi a execução do planejamento orçamentário.

Tabela 9: Resultado Orçamentário.

Resultado Orçamentário (2014 á 2016)			
Discriminação	2014	2015	2016
Receitas Correntes Arrecadadas	R\$ 13.966.011,52	R\$ 14.310.181,09	R\$ 15.686.699,06
Despesas Correntes	R\$ 12.314.789,72	R\$ 13.708.178,94	R\$ 14.375.680,94
Superávit ou Déficit Corrente	R\$ 1.651.221,80	R\$ 602.002,15	R\$ 1.311.018,12
Receitas de Capital Arrecadadas	R\$ 2.203.276,00	R\$ 1.437.000,00	R\$ 290.625,00
Despesas de Capital	R\$ 2.593.538,94	R\$ 2.340.583,84	R\$ 1.240.941,24
Superávit ou Déficit de Capital	-R\$ 390.262,94	-R\$ 903.583,84	-R\$ 950.316,24
Total das Receitas Arrecadadas	R\$ 16.169.287,52	R\$ 15.747.181,09	R\$ 15.977.324,06
Total das Despesas Empenhadas	R\$ 14.908.328,66	R\$ 16.048.762,78	R\$ 15.616.622,18
Resultado Orçamentário	R\$ 1.260.958,86	-R\$ 301.581,69	R\$ 360.701,88

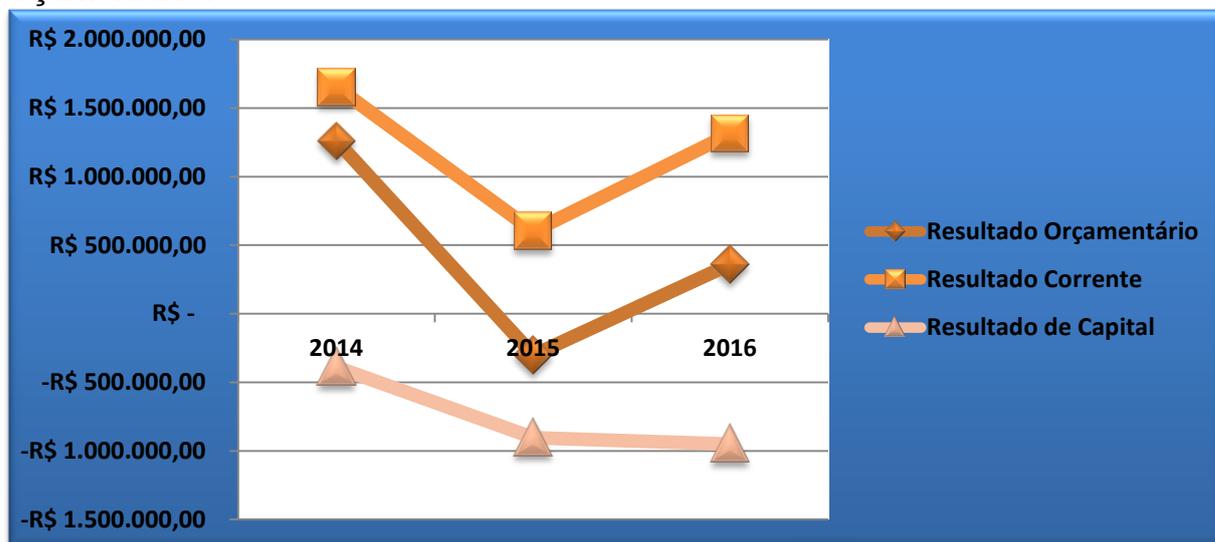
Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Para a interpretação dos dados acima mencionados, o indicador do resultado orçamentário, em que se pode verificar por meio do quociente entre a receita realizada e a despesa executada gerando o desempenho do resultado orçamentário, deve ser superior a 1,00 onde o mesmo gera resultados superavitário (receitas superiores às despesas).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÁRCIS – RO
controladoriaparcisro@hotmail.com

Figura 3: Gráfico de Demonstração da Evolução do Quociente do Resultado Orçamentário.



Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Ao analisar o demonstrativo anterior, percebe-se que em relação ao exercício de 2015 os resultados orçamentários obtidos dentro do planejamento da Gestão para o exercício de 2016 teve uma margem de acréscimo considerável, visto que, os resultados ficaram ainda abaixo dos obtidos no exercício de 2014.

4.9.5 Análise do Desempenho da Receita Orçamentária.

A execução da receita durante o exercício de 2016, podem ser observada no seguinte tabela:

Tabela 10: Distribuição da Arrecadação da Receita.

Receitas por Fontes	Valor em R\$	%
Receita Tributaria	R\$ 734.017,32	4,59%
Receita de Contribuições	R\$ 7.694,00	0,05%
Receita Patrimonial	R\$ 217.211,42	1,36%
Receitas de Serviços	R\$ 19.480,80	0,12%
Transferências Correntes	R\$ 16.829.249,87	105,33%
Outras Receitas Correntes	R\$ 58.562,52	0,37%
Transferências de Capital	R\$ 290.625,00	1,82%
(-) Receitas Correntes	-R\$ 2.179.516,87	-13,64%
Total Orçamentário	R\$ 15.977.324,06	100%



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

Total Suprimento Financeiro	R\$ 5.149.272,54
Total Extraorçamentários	R\$ 148.559,57
Total de Caixas e Banco	R\$ 2.332.308,34
Total Geral	R\$ 23.607.464,51

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

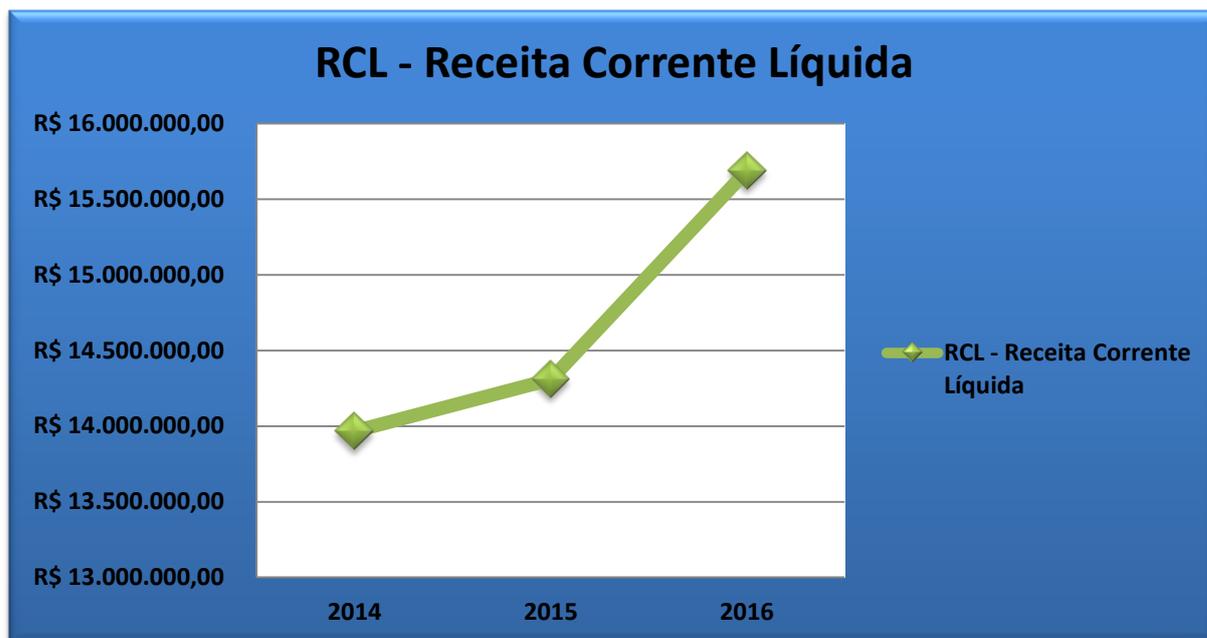
Ao analisar a tabela anterior percebe-se que, as fontes mais significativas durante o exercício, foram às transferências correntes e receita tributária.

4.9.5.1 Análise da Receita Corrente Líquida.

A RCL - Receita Corrente Líquida constitui a base legal para o cálculo dos limites estabelecidos na LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, dos percentuais de gastos com pessoal, dívida consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

Logo, com o gráfico abaixo, pode-se ser verificado como ficou distribuída a RCL dos últimos 03 (três) exercícios:

Figura 4: Gráfico de Demonstração da Evolução da RCL - Receita Corrente Líquida



Fonte: Unidade de Controle Interno de (2016), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

Ao analisarmos o gráfico anterior, nota-se que a Receita Corrente Líquida, está gradativamente em acréscimo, ao considerarmos os exercícios de 2014, 2015 e 2016.

4.9.5.2 Desempenho das Receitas Tributárias (Esforço Tributário) - Divisão de Arrecadação.

A divisão de arrecadação, do exercício de 2016, teve uma receita tributária prevista com a LOA 561/2015 (lei orçamentária anual) de R\$ 428.098,94 (quatrocentos e vinte e oito mil noventa e oito reais e noventa e quatro centavos). Assim sendo, para confrontação de fatos, o valor da receita tributária dentro do exercício de 2016, obteve um valor total de R\$ 734.017,32 (setecentos e trinta e quatro mil dezessete reais e trinta e dois centavos), ultrapassando em 71,46% do valor previsto com a LOA.

Para melhor verificação do contexto relatada anteriormente, foi desenvolvido uma tabela, com os seguintes dados:

Tabela 11: Balancete da Receita de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Balancete da Receita de 01/01/2016 à 31/12/2016										
Especificações da Receita	Orçamentada			Arrecadação					Diferença	
	Orçada	Atualizada	Programada	Anterior	No Mês	Cancelada	Total Mês	Total	Arrec-Orçada	Arrec-Progr.
Receitas Correntes	R\$ 15.423.821,02	R\$ 17.082.348,89	R\$ 17.082.348,89	R\$ -	R\$ 18.669.676,09	R\$ 803.460,16	R\$ 17.866.215,93	R\$ 17.866.215,93	R\$ 2.442.394,91	R\$ 2.442.394,91
Receita Tributária	R\$ 428.098,94	R\$ 673.473,94	R\$ 673.473,94	R\$ -	R\$ 782.322,99	R\$ 48.305,67	R\$ 734.017,32	R\$ 734.017,32	R\$ 305.918,38	R\$ 305.918,38

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

A análise do desempenho das receitas tributárias pode ser medida por meio do quociente do esforço tributário, o indicador que evidencia o esforço da Administração para a arrecadação das receitas próprias.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÁRCIS – RO
controladoriaparcisro@hotmail.com

A tabela demonstra a composição da receita tributária no exercício e a sua participação na receita realizada:

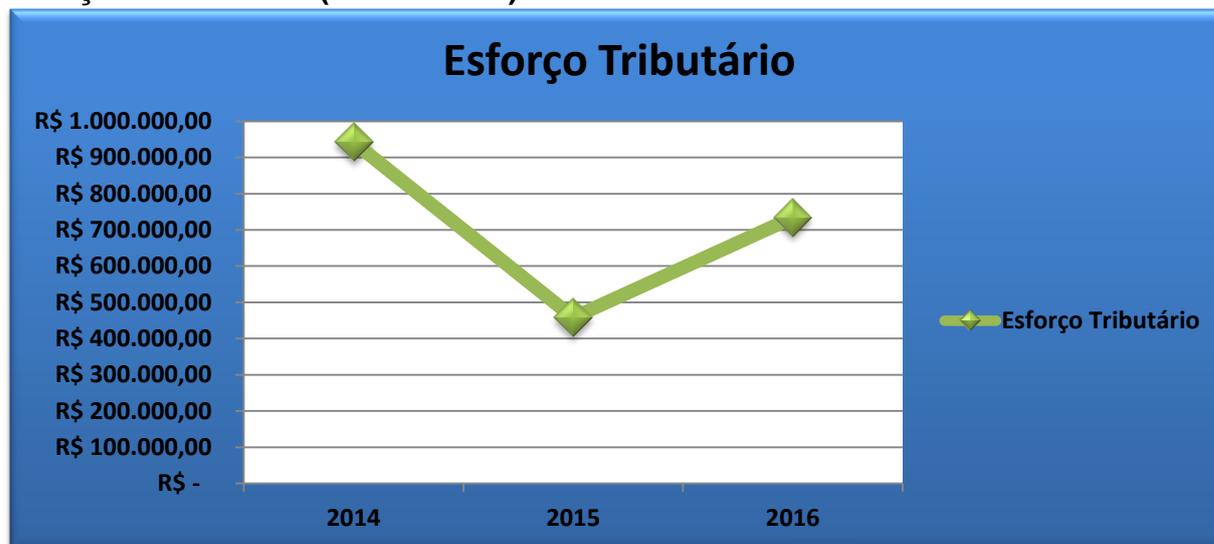
Tabela 12: Composição da Receita Tributária (2014 á 2016).

Receita	2014	%	2015	%	2016	%
Receitas de Impostos	R\$ 927.965,32	98,48%	R\$ 430.085,44	93,94%	R\$ 708.067,94	96,46%
IPTU	R\$ 6.217,92	0,67%	R\$ 5.428,91	1,26%	R\$ 8.389,25	1,18%
IRRF	R\$ 110.123,78	11,87%	R\$ 133.965,59	31,15%	R\$ 130.053,58	18,37%
ISSQN	R\$ 543.485,10	58,57%	R\$ 150.825,07	35,07%	R\$ 133.245,69	18,82%
ITBI	R\$ 268.138,52	28,90%	R\$ 139.865,87	32,52%	R\$ 436.379,42	61,63%
Taxas	R\$ 14.348,70	1,52%	R\$ 27.722,08	6,06%	R\$ 25.949,38	3,54%
Total da Receita Tributária	R\$ 942.314,02	100,00%	R\$ 457.807,52	100,00%	R\$ 734.017,32	100,00%
Total da Receita Arrecadada	R\$ 13.966.011,52		R\$ 14.310.181,09		R\$ 15.686.699,06	

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Logo, foi desenvolvido um gráfico, para demonstrar visualmente a evolução do quociente da receita tributária em relação ao total das receitas orçamentárias do Município.

Figura 5: Gráfico de Demonstração da da Evolução do Quociente dos Esforços Tributários (2014 á 2016).



Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

Ao analisarmos o gráfico anterior, pode-se destacar, que os esforços tributários do exercício de 2014 para o exercício de 2015 obteve uma pequena redução, contudo a Gestão realizou seus esforços dentro do exercício de 2016 almejando uma margem de acréscimo, se considerarmos o gráfico anterior, percebe-se que a administração conseguiu este aumento considerável.

4.9.6 Análise do Desempenho das Despesas Orçamentárias

No tocante as despesas orçamentárias, vale destacar, o confronto entre as despesas planejadas com as despesas executadas. Assim sendo a tabela abaixo mostra o quociente de execução da despesa segundo a classificação por categoria econômica:

Tabela 13: Tabela Comparativa da Despesa Autorizada com a Realizada.

Comparativo das Despesas			
Especificações	Autorizadas	Realizadas	Diferencia
Despesas Correntes	R\$ 14.892.225,95	R\$ 14.553.703,79	R\$ 338.522,16
Despesas de Capital	R\$ 1.954.339,76	R\$ 1.812.441,40	R\$ 141.898,36
Reserva de Contingência	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Total	R\$ 16.846.565,71	R\$ 16.366.145,19	R\$ 480.420,52

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

As despesas realizadas no exercício de 2016, foram na ordem de R\$ 16.366.145,19 (dezesesseis milhões trezentos e sessenta e seus mil cento e quarenta e cinco reais e dezenove centavos).

Detalhadamente, as despesas correntes somaram um montante de R\$ 14.553.703,79 (quatorze milhões quinhentos e cinquenta e três mil setecentos e três reais e setenta e nove centavos), ou seja, um percentual de 88,93% e as despesas de capital um montante de R\$ 1.812.441,40 (um milhão oitocentos e doze mil quatrocentos e quarenta e um reais e quarenta centavos), ou seja, um percentual de 11,07%, totalizando 100% das despesas realizadas durante o decorrer do exercício, visto que não houve movimentação de Reserva de Contingência e Reserva do RP.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

4.9.6.1 Análise da Despesa por Função de Governo

No nível mais agregado da execução orçamentária da despesa, temos a distribuição por funções de governo. Logo apresenta-se a tabela a seguir que exemplifica como se comporta as despesas empenhadas, segundo a classificação funcional-programática:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

Tabela 14: Evolução da Despesas Executadas em Relação a Função de Governo (2014 á 2016).

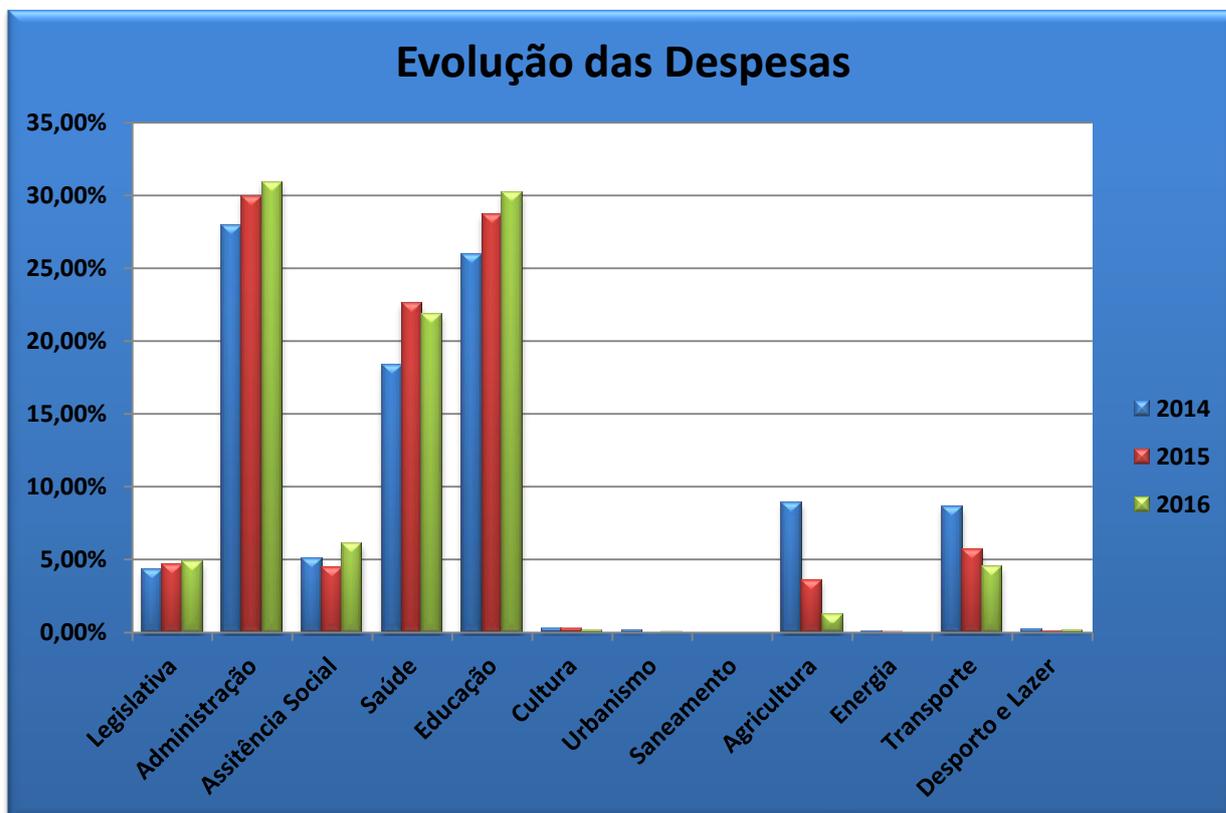
Função	2014	%	2015	%	2016	%
Legislativa	R\$ 642.570,95	4,31%	R\$ 742.231,02	4,62%	R\$ 756.356,07	4,84%
Administração	R\$ 4.162.058,09	27,92%	R\$ 4.811.974,34	29,98%	R\$ 4.823.969,40	30,89%
Assistência Social	R\$ 760.081,46	5,10%	R\$ 707.539,47	4,41%	R\$ 954.922,07	6,11%
Saúde	R\$ 2.740.124,84	18,38%	R\$ 3.626.557,01	22,60%	R\$ 3.413.767,96	21,86%
Educação	R\$ 3.864.440,57	25,92%	R\$ 4.603.538,78	28,68%	R\$ 4.716.275,10	30,20%
Cultura	R\$ 42.272,62	0,28%	R\$ 42.696,13	0,27%	R\$ 26.329,57	0,17%
Urbanismo	R\$ 29.100,00	0,20%	R\$ -	0,00%	R\$ 6.839,80	0,04%
Saneamento	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%
Agricultura	R\$ 1.327.293,98	8,90%	R\$ 578.632,23	3,61%	R\$ 185.186,71	1,19%
Energia	R\$ 17.454,00	0,12%	R\$ 6.993,00	0,04%	R\$ -	0,00%
Transporte	R\$ 1.285.416,63	8,62%	R\$ 909.286,98	5,67%	R\$ 705.231,98	4,52%
Desporto e Lazer	R\$ 37.515,52	0,25%	R\$ 19.313,82	0,12%	R\$ 27.867,60	0,18%
Total	R\$ 14.908.328,66	100,00%	R\$ 16.048.762,78	100,00%	R\$ 15.616.746,26	100,00%

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2016), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Destaca-se que dentro da execução do planejamento, as fontes priorizadas pelo município foi á Administração, Educação e Saúde, como pode ser verificado no Gráfico abaixo:



Figura 6: Gráfico de Demonstração da de Evolução da Despesas Executadas em Relação a Função de Governo (2014 á 2016).



Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Ao analisarmos o gráfico anterior, nota-se que os setores que teve maior crescimento na evolução das despesas foi a Administração, Educação e Saúde.

Adverte-se que ouve alguns setores que obteve redução na evolução da despesa, tais como, Agricultura, Transporte e Saúde. Prosseguindo, nota-se que alguns setores essenciais estão esquecidos perante a evolução das despesas, necessitando de aquecimento em suas atividades de trabalho no decorrer dos exercícios, tais como, Cultura, Urbanismo, Saneamento, Agricultura, Energia e Desporto e Lazer.

Tais setores podem proporcionar grande aquecimento, movimentação ou estruturação da economia local, gerando índices de rendimento social.



Deste modo, aconselha-se a Gestão a ampliar seus esforços para com os referidos setores de governo.

4.9.7 Análise dos Estoques de Restos a Pagar

A confrontação dos restos a pagar é fundamental para a compensação da execução orçamentária e financeira de cada exercício, principalmente em face do expressivo volume de recursos inscritos nessa rubrica nos últimos anos.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas. As despesas empenhas que não forem pagas no mesmo exercício são inscrita no resto a pagar, que se dividem em processados e não processados. O gráfico a seguir apresenta os valores inscritos em restos a pagar nos últimos três anos.

Figura 7: Gráfico de Demonstração da Evolução da Inscrição dos Restos á Pagar.



Fonte: Unidade de Controle Interno de (2016), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

O saldo dos restos a pagar no exercício representam apenas 3,98% dos recursos empenhados, evidenciando uma razoável política de gestão de valores inscritos em restos a pagar.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

4.9.8 Análise do Superávit/Déficit Financeiro

O conceito de superávit financeiro ao "mundo" do orçamento e não da ciência contábil. Trata-se, na essência, de se apurar ao final do exercício o saldo de caixa existentes, que não se encontrem comprometidos. Como representam disponibilidade que não estão comprometidas, tais recursos poderão ser utilizadas como fonte de financiamento para abertura de créditos adicionais em exercícios futuros, ou seja, créditos que se somarão ao valor das dotações aprovadas no orçamento anual. Esses saldos de caixa constituem os denominados *superávits de exercícios anteriores*.

A sua apuração se realiza pelo confronto entre os totais do Ativo Financeiro e do Passivo Financeiro, constantes do Balanço Patrimonial do exercício anterior. A tabela abaixo apresenta a apuração do resultado e sua composição:

Tabela 15: Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro.

Análise do Superávit/Déficit Financeiro	
Ativo Financeiro	R\$ 2.332.308,34
Passivo Financeiro	R\$ 1.525.758,32
Total = Superávit/Déficit Financeiro	R\$ 806.550,02

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2016), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Ao realizar a análise da tabela anterior, pode-se verificar que o resultado do demonstrativo de Superávit/Déficit foi positivo, sendo benéfico para gestão.

4.10 Gestão Fiscal e Limites Constitucionais

A Lei Complementar nº 101/2000, conhecido como LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, define a gestão fiscal responsável como o resultado da ação planejada e transparente, com vistas a prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Para tanto, a LRF determina o cumprimento de metas e receitas e despesas, bem como a obediência a limites e condições no que se refere à renúncia de receita, geração de despesa com pessoal e outras de caráter obrigatório e continuado, dívidas consolidada e mobiliária,



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

operações de crédito, mesmo por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

Com esse referencial normativo, procedeu-se a análise da gestão fiscal, a seguir são apresentados, sob os aspectos mais relevantes, os resultados do período.

A constituição Federal e leis infraconstitucionais são instrumentos norteadores e reguladores das gestões orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, que têm como objetivos primordiais assegurar a obediência aos princípios fundamentais que regem a administração pública, a busca da eficiência e eficácia da gestão, bem como a manutenção do equilíbrio das contas públicas mediante a instituição de limites e condições, cujos resultados demonstram-se a seguir.

4.10.1 Metas Fiscais

O cumprimento das Metas Fiscais é instituída pela LRF, no § 1º do seu art. 4º, onde deverá conter dentro do projeto de lei das diretrizes orçamentárias o anexo que estabelece as metas de resultados primários e o nominal e de montante da dívida pública para o exercício a qual se referir o presente projeto.

Logo, apresenta-se um demonstrativo contendo as informações detalhadas das metas, resultados apurados e a situação do município quanto ao cumprimento das metas fiscais definidas para o exercício de 2016:

Tabela 16: Demonstrativo do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2016.

Descrição	Meta	Resultado	Situação
Resultado Primário	R\$ 266.936,71	R\$ 291.919,35	Atendida
Resultado Nominal	-R\$ 207.550,41	R\$ 206.161,31	Não Atendida
Dívida Pública Consolidada	R\$ -	R\$ 916.740,28	Não Atendida
Dívida Consolidada Líquida	-R\$ 2.161.089,17	-R\$ 1.038.187,58	Atendida

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

Ao analisar a tabela anterior, percebe-se que alguns resultados obtidos não reverenciou a metas instituídas pelas legislações vigente, logo o município cumpriu com Metas Fiscais.

Desta maneira adverte-se ao relatado, e recomenda-se a gestão a averiguar e acompanhar a execução do Resultado Nominal e o valor da dívida pública consolidada, visto que as mesmas não foram atendidas.

4.10.2 Resultado Primário

Representa a diferença entre as receitas e despesas não financeiras ou primárias. Indica se os níveis de gastos orçamentários do Município são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as receitas primarias são capazes de suportar as despesas primárias antes da apropriação dos juros e outros encargos da dívida. O resultado será utilizado para abater no saldo da dívida ou realizar investimentos.

A seguir, apresenta-se o demonstrativo do resultado primário atingido pelo município dentro do exercício de 2016:

Tabela 17: Demonstrativo do Resultado Primário do Exercício de 2016.

Descrição	Exercício de 2016
Receitas Primárias	R\$ 15.760.112,64
Despesas Primárias	R\$ 15.323.976,37
Resultado Primário	R\$ 436.136,27
Meta Fixada na LDO	R\$ 266.936,71
Situação	163,39%

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Verifica-se, que o resultado apurado acima, em se tratando da porcentagem, é a meta de resultado primário atingida, onde conta-se que a gestão alcançou em 163,39% a meta planejada.

4.10.3 Resultado Nominal

O Resultado Nominal dentro de um exercício representa a diferença entre o saldo da DFL - Dívida Fiscal Líquida do exercício anterior em comparação com o exercício em análise. Para apuração da DFL a entidade deve deduzir da Dívida



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

Consolidada as disponibilidades de caixa, desta forma, quanto maior negativo for o valor apurado, melhor será a situação da entidade, demonstrando que a entidade possui mais recursos disponíveis do que dívida.

Abaixo, apresenta-se o demonstrativo do resultado nominal do município atingido dentro do exercício de 2016:

Tabela 18: Demonstrativo do Resultado Nominal do Exercício de 2016.

Descrição	2015	2016	Diferencia
Dívida Consolidada	R\$ -	R\$ 916.740,28	R\$ 916.740,28
Deduções	R\$ 2.161.089,17	R\$ 1.958.407,34	-R\$ 202.681,83
Disponibilidade de Caixa Bruto	R\$ 2.332.308,34	R\$ 1.927.624,86	-R\$ 404.683,48
Demais Haveres Financeiros	R\$ 30.613,86	R\$ 30.658,40	R\$ 44,54
(-) Restos a Pagar Processados (exceto precatórios)	-R\$ 201.833,03	R\$ 124,08	R\$ 201.957,11
Dívida Consolidada Líquida	-R\$ 2.161.089,17	-R\$ 1.041.418,90	R\$ 1.119.670,27
Receitas de Privatizações	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Passivos Reconhecidos	R\$ -	R\$ 916.740,28	R\$ 916.740,28
Dívida Fiscal Líquida	-R\$ 2.161.089,17	-R\$ 1.958.159,18	R\$ 202.929,99
Resultado Nominal (DFL exercício atual - DFL exercício anterior)	R\$ -	- R\$ 202.929,99	- R\$ 202.929,99
Meta Fixada na LDO	R\$ -	-R\$ 207.550,41	-R\$ 207.550,41
Situação		97,77%	

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

A meta de resultado nominal projetou um resultado nominal negativo no montante de -R\$ 207.550,41 (duzentos e sete mil quinhentos e cinquenta reais e quarenta e um centavos), entretanto o resultado apurado foi de - R\$ 202.929,99 (duzentos e dois mil novecentos e vinte e nove reais e noventa e nove centavos), desta forma, não reverenciou a meta fixada na LDO, contudo o mesmo é considerável. Logo, adverte-se ao relatado no intuito de aperfeiçoar as ferramentas de gestão no intuito de zelar pela eficiência e eficácia do planejamento estratégico.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÁRCIS – RO
controladoriaparcisro@hotmail.com

4.10.4 Receitas e Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

As receitas e Despesas que compõe a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, regulamentada pelo art. 212 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pode ser observada na Tabela abaixo discriminada:

Tabela 19: Demonstrativo das Receitas e Despesas com o MDE / Considerando os Princípios Constitucionais.

Deduções Consideradas para Fins de Limite Constitucional		
Descrição	Até o Sexto Bimestre	Total de Despesas
Total das Receitas de Impostos	R\$ 12.071.694,49	R\$ 3.817.223,86
Mínimo de 25% das Receitas Resultantes de Impostos em MDE (Lei 101 LRF)	31,62%	
Receita Recebida do Fundeb	R\$ 2.058.861,86	100%
Fundeb 60% (Lei 101 LRF)	R\$ 1.361.906,26	66,15%
Fundeb 40% (Lei 101 LRF)	R\$ 687.380,21	33,39%
Máximo de 5% não aplicado no exercício	R\$ 9.575,39	0,47%

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Considerando os princípios do artigo nº 60 do ADC e art. nº 212 da Constituição Federal assim como o art. nº 22 da Lei Federal nº 11.494/07, compreende-se que, no exercício de 2016, foram respeitados de forma plausível os princípios das legislações vigentes.

A composição Financeira do FUNDEB fica discriminada da seguinte maneira:

Tabela 20: Demonstrativo da Composição Financeira do FUNDEB.

Composição Financeira do FUNDEB	
Descrição	Valor
Saldo Financeiro do Exercício Anterior	R\$ 1.880,90
Receitas do FUNDEB	R\$ 2.048.788,16



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

Rendimento de Aplicação Financeira	R\$ 10.073,70
Receita Total	R\$ 2.060.742,76
Despesas Total do FUNDEB	R\$ 2.049.286,47
Despesas Inscritas no Restos a Pagar	R\$ -
Saldo Financeiro a Existir	R\$ 11.456,29

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Conforme demonstrado na tabela anterior, percebe-se que, o saldo financeiro a existir do FUNDEB será de R\$ 11.456,29 (onze mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e vinte e nove centavos).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

4.10.5 Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde

As Receitas e Despesa que compõem as aplicações em ações de serviços públicos de saúde, podem ser analisadas na seguinte tabela:

Tabela 21: Demonstrativo das Aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Demonstrativo das Despesas com Saúde						
Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas			
Total das Receitas para Apuração da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 10.977.694,41	R\$ 11.434.809,41	R\$ 12.071.694,49	105,57%		
Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas			
Total das Receitas e Adicionais para Financiamento da Saúde	R\$ 889.338,05	R\$ 935.786,86	R\$ 1.093.139,21	116,81%		
Despesas com Saúde						
Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	
Total das Despesas com Saúde	R\$ 3.010.111,11	R\$ 3.904.708,17	R\$ 3.552.821,98	90,99%	R\$ 3.413.767,96	87,43%
Despesas com Saúde não Computadas para Fins de Apuração do Percentual Mínimo						
Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	
Total das Despesas Não Computadas	R\$ 809.338,05	R\$ 1.320.848,91	R\$ 1.151.709,08	32,42%	R\$ 998.377,04	29,25%
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 2.200.773,06	-R\$ 2.583.859,26	R\$ 2.401.112,90	67,58%	R\$ 2.415.390,92	70,75%
Percentual de Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde Sobre a Receita de Impostos Líquida e Transferências Constitucionais e Legais - Limite Constitucional 15%						20,01%

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÁRCIS – RO
controladoriaparcisro@hotmail.com

Ao analisar a tabela anterior, entende-se que, o percentual de aplicação em ações e serviços públicos de saúde sobre a receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais, foi de 20,01%. Deste modo nota-se que o percentual realizado dentro do exercício de 2016, foi superior ao limite exigido pelas legislações vigentes.

4.11 Análise da Gestão Patrimonial, Financeira e Balanços

As seguintes análises, demonstram os quocientes e índices, os quais podem ser definidos como números compatíveis obtidos a partir de uma divisão de valores absolutos, destinados a medir os componentes patrimoniais e financeiros dentro das demonstrações contábeis, podendo assim, avaliar-se a estrutura do planejamento executado dentro de determinado exercício.

4.11.1 Resultados das Variações Patrimoniais

O resultado das Variações Patrimoniais, devem ser considerado as variações patrimoniais aumentativas em relação as variações patrimoniais diminutivas. Logo, a interpretação desse quociente indica evidencia o resultado patrimonial. A tabela abaixo representa o quociente das variações patrimoniais do município dentro do exercício de 2016:

Tabela 22: Demonstrativo do Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais do Exercício de 2016.

Descrição	2016
Varição Patrimonial Aumentativa	R\$ 23.208.176,93
Varição Patrimonial Diminutiva	R\$ 23.239.743,98
Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	1,00

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Logo, percebe-se que dentro do exercício, o município obteve um resultado patrimonial considerado superávit orçamentário. Este resultado pode-se considerado benéfico as contas públicas.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

4.11.2 Liquidez Corrente

O resultado da liquidez corrente demonstra de forma apropriada o quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques e outros) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos, financiamentos a curto prazo, contas a pagar e outros).

Desta forma, apresenta-se abaixo, uma tabela, contendo os valores da liquidez corrente do município durante o exercício de 2016, para confrontação de dados:

Tabela 23: Demonstrativo do Resultado da Liquidez Corrente do Exercício de 2016.

Liquidez Corrente	2016
Ativo Circulante	R\$ 1.846.848,77
Passivo Circulante	R\$ 1.130,49
LC - Liquidez Corrente	R\$ 1.633,67

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Logo, após análise da tabela anterior, percebe-se que o índice de liquidez corrente do município está com o montante de R\$ 1.633,67 (um mil seiscentos e trinta e três reais e sessenta e sete centavos). Ou seja, a capacidade da Gestão de saldar dívidas em curto prazo.

É essencial que o índice, seja superior a "01", contudo não é benéfico que este valor seja ou mantenha-se em excesso, proporcionando saldo de caixa em conta estoque, pois estes recursos devem ser utilizados para financiar as operações e não para manter em caixa paralisados. Logo, percebe-se que a Gestão enfrenta-se uma *trade-off* (conflito) entre a capacidade de ser manter líquida e aumentar seus investimentos em ativos menos líquidos.

Compreende-se que serviços públicos possui fluxos de caixa altamente previsíveis, logo é de suma importância trabalhar com um menor índice de liquidez corrente (LC).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

4.11.3 Liquidez Geral

O resultado da liquidez geral, indica a capacidade do município em honrar com todas as suas obrigações, contando, para isso, com todos os seus recursos realizáveis a curto e longo prazo.

Desta forma, apresenta-se abaixo, uma tabela, contendo os valores da liquidez geral do município durante o exercício de 2016, para confrontação de dados:

Tabela 24: Demonstrativo do Resultado da Liquidez Geral do Exercício de 2016.

Liquidez Geral	2016
Ativo Circulante	R\$ 1.846.848,77
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 179.524,10
Total Ativo	R\$ 2.026.372,87
Passivo Circulante	R\$ 1.130,49
Passivo Exigível a Longo Prazo	R\$ 799.658,43
Total Passivo	R\$ 800.788,92
Liquidez Geral	R\$ 2,53

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Ao verificar o índice de liquidez geral da Gestão, percebe-se que mesma está com R\$ 2,53 (dois reais e cinquenta e três centavos), ou seja, uma capacidade positiva para saldar suas obrigações a longo prazo.

4.11.4 Endividamento Geral

O resultado do grau de endividamento da entidade, demonstra contabilmente o nível de dívida existente e sua estrutura de capital.

Desta forma, apresenta-se abaixo, uma tabela, contendo os valores do endividamento geral do município durante o exercício de 2016, para confrontação de dados:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

Tabela 25: Demonstrativo do Resultado de Endividamento Geral do Exercício de 2016.

Endividamento Geral	2016
Ativo Total	R\$ 1.846.848,77
Passivo Circulante	R\$ 1.130,49
Passivo Não circulante	R\$ 916.740,28
Total do Passivo	R\$ 917.870,77
Endividamento Geral	R\$ 0,50
Porcentagem do Endividamento	49,70%

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Logo, após análise da tabela anterior, percebe-se que o grau de endividamento do município é de R\$ 0,50, ou seja, representa 49,70% do Ativo Total.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

4.12 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário do exercício de 2016, pode ser observado na seguinte tabela:

Tabela 26: Balanço Orçamentário.

Balanço Orçamentário						
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Atualizadas	Saldo		
Receitas Correntes	R\$ 13.204.154,72	R\$ 14.862.682,59	R\$ 15.584.279,02	R\$ 721.596,43		
Receitas de Capital	R\$ -	R\$ 606.205,35	R\$ 290.625,00	-R\$ 315.580,35		
Subtotal das Receitas	R\$ 13.204.154,72	R\$ 15.468.887,94	R\$ 15.874.904,02	R\$ 406.016,08		
Refinanciamentos						
Subtotal com Refinanciamento	R\$ 13.204.154,72	R\$ 15.468.887,94	R\$ 15.874.904,02	R\$ 406.016,08		
Déficit	R\$ 102.108,00	R\$ 1.377.677,77	R\$ 491.241,17	R\$ -		
Total	R\$ 13.306.262,72	R\$ 16.846.565,71	R\$ 16.366.145,19	R\$	-	-
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes	R\$ 12.921.415,46	R\$ 14.892.225,95	R\$ 14.553.703,79	R\$ 14.375.805,02	R\$ 14.375.680,94	R\$ 338.522,16
Despesas de Capital	R\$ 304.847,26	R\$ 1.954.339,76	R\$ 1.812.441,40	R\$ 1.240.941,24	R\$ 1.240.941,24	R\$ 141.898,36
Reserva de Contingência e Reserva do RPPS	R\$ 80.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Subtotal das Despesas	R\$ 13.306.262,72	R\$ 16.846.565,71	R\$ 16.366.145,19	R\$ 15.616.746,26	R\$ 15.616.622,18	R\$ 480.420,52
Amortização da Dívida/Refinanciamento						
Subtotal com Refinanciamento	R\$ 13.306.262,72	R\$ 16.846.565,71	R\$ 16.366.145,19	R\$ 15.616.746,26	R\$ 15.616.622,18	R\$ 480.420,52
Superávit	R\$ -	R\$ -	R\$ -			
Total	R\$ 13.306.262,72	R\$ 16.846.565,71	R\$ 16.366.145,19	R\$	-	R\$
						-

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

Ao analisar o Balanço Orçamentário, nota-se que no exercício de 2016, a receita atualizada no valor de R\$ 16.366.145,19 (dezesesseis milhões trezentos e sessenta e seis mil cento e quarenta e cinco reais e dezenove centavos) e a despesa realizada no valor de R\$ 16.366.145,19 (dezesesseis milhões trezentos e sessenta e seis mil cento e quarenta e cinco reais e dezenove centavos) não resultando em superávit de execução orçamentária.

4.13 Balanço Financeiro

O balanço financeiro do exercício de 2015, pode ser observado na seguinte tabela:

Tabela 27: Demonstrativo do Balanço Financeiro.

Balanço Financeiro					
Ingressos			Dispêndios		
Especificações	Exercício Anterior	Exercício Atual	Especificações	Exercício Anterior	Exercício Atual
Receita Orçamentária	R\$ 15.747.181,09	R\$ 15.874.904,02	Despesas Orçamentárias	R\$ -	R\$ 16.366.145,19
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 4.456.272,34	R\$ 5.149.272,54	Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 5.198.503,36	R\$ 5.149.272,54
Recebimento Extraorçamentários	R\$ 131.806,88	R\$ 898.082,58	Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 698.761,69	R\$ 917.131,71
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	R\$ 2.166.310,80	R\$ 2.332.308,34	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	R\$ 2.332.308,34	R\$ 1.822.018,04
Total	R\$ 22.501.571,11	R\$ 24.254.567,48	Total	R\$ 8.229.573,39	R\$ 24.254.567,48

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

O saldo disponível no final do exercício de 2016 ficou na ordem de R\$ 1.822.018,04 (um milhão oitocentos e vinte e dois mil dezoito reais e quatro centavos).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

4.14 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial do exercício de 2016, pode ser observado na seguinte tabela, aonde pode-se encontrar as situações dos bens, direitos e obrigações da Administração:

Tabela 28: Demonstrativo do Balanço Patrimonial.

Balanço Patrimonial			
Ativo		Passivo	
Especificações	Exercício Atual	Especificações	Exercício Atual
Ativo Circulante	R\$ 1.846.848,77	Passivo Circulante	R\$ 1.130,49
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 1.822.018,04	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Curto Prazo	R\$ -
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 24.830,73	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 124,08
Estoques	R\$ -	Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 1.006,41
Ativo Não - Circulante	R\$ 13.452.735,15	Passivo Não - Circulante	R\$ 916.740,28
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 79.524,10	Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ -
Imobilizado	R\$ 13.273.211,05	Total do Passivo	R\$ 917.870,77
		Patrimônio Líquido	
		Resultados Acumulados	R\$ 14.413.280,20
		Resultado Não Encerrado do Exercício	-R\$ 31.567,05
		Total do Patrimônio Líquido	R\$ 14.381.713,15
Total	R\$ 15.299.583,92	Total	R\$ 15.299.583,92
Ativo Financeiro	R\$ 1.822.018,04	Passivo Financeiro	R\$ 1.402.510,70
Ativo Permanente	R\$ 13.477.565,88	Passivo Permanente	R\$ 916.740,28
Saldo Patrimonial			R\$ 12.980.332,94

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2016), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Ao analisar os dados do balanço patrimonial, pode-se verificar que o patrimônio financeiro, apresenta-se, com uma situação financeira líquida positiva na ordem de R\$ 419.507,34 (quatrocentos e dezenove mil quinhentos e sete reais e trinta e quatro centavos).

A situação Financeira evidencia a seguinte equação:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

$$\frac{\textit{Ativo Financeiro}}{\textit{Passivo Financeiro}} = \frac{\text{R\$ 1.822.018,04}}{\text{R\$ 1.402.510,70}} = \text{R\$ 1,30}$$

O quociente demonstrado de R\$ 1,30 (um real e trinta centavos), registra-se um superávit orçamentário, indicando um equilíbrio aceitável na capacidade de executar o orçamento. Ou seja, ao final do exercício, existe um valor de R\$ 1,30 (um real e trinta centavos) para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida.

A situação do coeficiente econômico-financeiro evidencia a seguinte equação:

$$\frac{\textit{Passivo Real}}{\textit{Ativo Real}} = \frac{\text{R\$ 1.402.510,70}}{\text{R\$ 15299583,92}} \times 100 = 9,17\%$$

A equação anterior demonstra que as dívidas ao final do exercício de 2015, representaram 9,17% do patrimônio ou ativo real.

Ainda em análise, ao confrontar o ativo financeiro e o passivo financeiro, o mesmo resultou ao término do exercício em um saldo financeiro de R\$ 419.507,34 (quatrocentos e dezenove mil quinhentos e sete reais e trinta e quatro centavos), veja-se:

<i>Ativo Financeiro:</i>	R\$ 1.822.018,04
<i>(-)Passivo Financeiro:</i>	R\$ 1.402.510,70
<i>Saldo Financeiro:</i>	R\$ 419.570,34

4.15 Demonstração do Fluxo de Caixa

Os recursos financeiros devem ter uma preocupação com a correta administração dos mesmos, o gestor deve acompanhar frequentemente todas as movimentações e aplicar medidas eficientes para controle, como balanços, demonstrativos, índices, fluxo de caixa e outros.

O Fluxo de Caixa é “uma demonstração contábil que tem por fim evidenciar as transações ocorridas em determinado período e que provocaram modificações no saldo da conta Caixa” (RIBEIRO, 2005, p. 400).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

No decorrer do exercício de 2016, a administração elaborou o referido fluxo de caixa, pelo método direto, onde demonstra os recebimentos e pagamentos derivados das atividades operacionais.

No decorrer do exercício de 2016, a geração líquida de caixa e equivalente de caixa ficou com o valor de -R\$ 478.458,07 (quatrocentos e setenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e sete centavos), indicando assim condições desfavoráveis às finanças públicas da Gestão.

4.16 Dívida Pública

4.16.1 Dívida Fundada

Durante o exercício de 2016, a dívida fundada, que compreendem as obrigações decorrentes de financiamentos ou empréstimos, assim como compromissos assumidos em um exercício para resgate em exercícios subsequentes, pode ser observada na seguinte tabela:

Tabela 29: Demonstrativo da Dívida Fundada.

Dívida Fundada				
Saldo do Exercício Anterior	R\$ -	Movimento do Exercício de 2016		
(+) Inscrição	R\$ 1.195.033,02			
(-) Amortização	R\$ 278.292,74			
Saldo para o Exercício Seguinte	R\$ 916.740,28			
Exercício	2014	2015	2016	
Saldo da Dívida Fundada para o Exercício Seguinte	R\$ 11.413,10	R\$ -	R\$ 916.740,28	
Receita Arrecadada	R\$ 16.169.287,52	R\$ 15.747.181,09	R\$ 15.977.324,06	
% da Dívida Fundada em Relação à Receita Arrecadada	0,07	0,00	5,74	

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Ao analisar a tabela anterior, percebe-se que o saldo da dívida fundada posta para o exercício seguinte em relação a receita arrecada, chega-se a porcentagem de 5,74%.



Figura 8: Gráfico de Demonstração da Dívida Fundada.



Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

O gráfico anterior demonstra a porcentagem de acréscimo da Dívida Fundada em relação a receita arrecadada entre os exercícios de 2014 e 2016.

4.16.2 Dívida Flutuante

Durante o exercício de 2015, a dívida flutuante, que compreende as obrigações decorrentes de restituições, depósitos, serviços da dívida a pagar, restos a pagar e outras dívidas de curto prazo, bem como as operações de créditos por antecipação da receita, podem ser observada na seguinte tabela:

Tabela 30: Demonstrativo da Dívida Flutuante.

Dívida Flutuante	
Saldo do Exercício Anterior	R\$ 1.525.758,32
(+) Receita	R\$ -
(-) Despesa	R\$ 917.131,71
(+) Inscrição	R\$ 898.082,58
(-) Cancelamento	R\$ 104.198,49
Saldo para o Exercício Seguinte	R\$ 1.402.510,70



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

Exercício	2014	2015	2016
Saldo da Dívida Flutuante para o Exercício Seguinte	R\$ 1.073.457,98	R\$ 1.525.758,32	R\$ 1.402.510,70
Ativo Financeiro ao Final do Exercício	R\$ 2.166.310,80	R\$ 2.332.308,34	R\$ 1.822.018,04
% da Dívida Fundada em Relação á Receita Arrecadada	49,55%	65,42%	76,98%

Fonte: Unidade de Controle Interno de (2017), dados retirados do Sistema CECAM (Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal).

Observa-se, que o exercício de 2016, a Gestão obteve um significativo aumento na porcentagem da Dívida Fundada em Relação á Receita Arrecadada, passando de para 65,42% do exercício de 2015 para 76,98% no exercício de 2016.

Recomenda-se a implementação de ferramentas administrativas e judiciais por parte do setor competente (tributos e jurídico) no intuito de zelar pela arrecadação da dívida ativa. Prosseguindo aconselha-se ao mesmo a instalar o instrumento de protesto para a cobrança de crédito da dívida ativa municipal.



4.17 Indicadores Gerenciais

4.17.1 Indicadores Gerenciais dos Exercícios

A) Equilíbrio Financeiro

$$\frac{\text{Receita Arrecadada}}{\text{Despesa Executada}} = \frac{\text{R\$ 15.977.324,06}}{\text{R\$ 15.616.746,26}} = \text{R\$ 1,02}$$

O quociente demonstrado de R\$ 1,02 (um real e dois centavos), registra-se um superávit orçamentário, indicando um equilíbrio razoável na capacidade de executar o orçamento. Ou seja, a cada R\$ 1,00 (um real) de despesa executada, o Município arrecadou R\$ 1,02 (um real e dois centavos).

4.18 Análise do Portal da Transparência

É considerado direito fundamental do cidadão em ter acesso livre à informação pública, assim como tem uma fundamental importância a divulgação dessas informações para a efetividade do controle externo e social. A transparência traz em seu contexto a perspectiva de demonstrar clareza nas atividades desenvolvida por determinado setor. Logo a divulgação de informações dentro do setor público, traz a perspectiva de participação de todo cidadão nas atividades fins, podendo opinar-s, opor-se e concordar-se.

Deste modo ao proceder a análise do meio de divulgação da Gestão, percebe-se que a mesma utiliza-se de um Portal da Transparências, onde o mesmo tem como campo eletrônico (endereço eletrônico) o seguinte site: <http://www.parecis.ro.gov.br/portal-da-transparencia>. Respectivamente o relatado site foi implantado para cumprir os fundamentos da Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

Em análise informal, está controladoria observou-se que o mesmo está implantado, contudo, por falta estrutura adequada o mesmo ainda está em fase de adequação á legislação, visto que a gama de informação a ser divulgada é considerada grande. Relata-se ainda que atualmente a Gestão também buscará atender a Instrução Normativa nº 052/2017/TCE-RO.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

4.19 ENCAMINHAMENTO DOS DOCUMENTOS E RESPECTIVAS PUBLICAÇÕES

Durante o exercício de 2016, foram encaminhadas a Câmara Municipal, a Caixa Econômica Federal, Controladoria Geral do Estado e Tribunal de Contas do Estado, todos os demonstrativos e documentos exigidos pela legislação vigente em se tratando de procedimentos contábeis e do respectivo órgão de controle interno.

Conforme disposto no artigo 53 da Constituição Estadual e da Instrução Normativa n.º 19/TCE-RO-2006, os balancetes devem ser entregues a esse Tribunal de Contas até o último dia 30 do mês subsequente.

Tabela 31: Balancete Encaminhados.

BALANCETES			
01/2016	NORMAL	17/05/2016	TEMPESTIVA
01/2016	NORMAL	20/05/2016	SUBSTITUIÇÃO
02/2016	NORMAL	20/05/2016	TEMPESTIVA
03/2016	NORMAL	20/05/2016	TEMPESTIVA
04/2016	NORMAL	30/05/2016	TEMPESTIVA
05/2016	NORMAL	16/06/2016	TEMPESTIVA
06/2016	NORMAL	22/07/2016	TEMPESTIVA
07/2016	NORMAL	18/08/2016	TEMPESTIVA
08/2016	NORMAL	12/09/2016	TEMPESTIVA
09/2016	NORMAL	14/10/2016	TEMPESTIVA
10/2016	NORMAL	16/11/2016	TEMPESTIVA
11/2016	NORMAL	16/12/2016	TEMPESTIVA
12/2016	NORMAL	04/02/2016	TEMPESTIVA
12/2016	NORMAL	01/03/2016	REENVIO

Fonte: Dados fornecidos pela Contabilidade Central (2017).

Como pode ser verificado na tabela acima os balancetes referente aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2016 foi enviado dia 17 e 20 de Maio de 2016, portanto considerado intempestivo, ressalta-se que no dia 13 de Maio de 2016



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

o Tribunal de Contas do Estado de Rondonia por meio da Secretaria Geral de Controle Externo e a Secretaria Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação através do portal SIGAP comunicou a prorrogação de envio da remessa normal destes meses para até o dia 23 de Maio de 2016. Logo, observa-se que todos os balancetes foram encaminhado em tempestividade.

Tabela 32: RREO BIMESTRAL.

RREO			
1º BIMESTRE		23/05/2016	TEMPESTIVA
2º BIMESTRE		06/06/2016	TEMPESTIVA
3º BIMESTRE		28/07/2016	TEMPESTIVA
3º BIMESTRE		01/09/2016	REENVIO
4º BIMESTRE		30/09/2016	TEMPESTIVA
5º BIMESTRE		28/11/2016	TEMPESTIVA
6º BIMESTRE		22/07/2016	

Fonte: Dados fornecidos pela Contabilidade Central (2017).

Nota:

- O 6º bimestre não envio devido inconsistência de recepção no portal do TCE-RO.
- O 1º e 2º bimestre data de envio prorrogado pelo TCE-RO.

Tabela 33: RGF - Relatório de Gestão Fiscal.

RGF			
1º SEMESTRE		28/07/2016	TEMPESTIVA
1º SEMESTRE		01/09/2016	REENVIO
2º SEMESTRE		***	***

Fonte: Dados fornecidos pela Contabilidade Central (2017).

Nota: O 2º semestre não envio devido inconsistência de recepção no portal do TCE-RO.

Prosseguindo, a remessa dos dados e informações para o SIGAP – RREO e RGF, exigido pelo art. 8, anexo B da Instrução Normativa nº 39/2013, ouve alguns



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

questionamento quanto à remessa intempestiva dos dados referente ao 3º Bimestre do Demonstrativo Fiscal e 1º Semestre do Relatório de Gestão Fiscal. Contudo se observamos os prazos e as notas explicativas, percebe-se que todos os relatórios encontram-se em tempestividade.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, após análises das legislações vigente, relacionada à materialidade das exigências, resultante da lei de responsabilidade fiscal, verifica-se, que se aplicam as seguintes normas: lei nº 101/2000 (responsabilidade na gestão fiscal); lei nº 4.320/64 (elaboração e controle dos orçamentos e balanços); lei nº 141/2012 (dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente); e lei nº 11.494/2007 (Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), assim como previsões com LOA e LDO.

No escopo do presente Relatório, houve alguns questionamentos e falhas/irregularidades, constituídas como advertências a serem corrigidas ao longo da gestão, não caracterizando ato de improbidade ou reprovação das contas, porém são de suma importância que ao longo dos exercícios futuros, sejam corrigidas tais advertências. Neste sentido, encaminha-se, a Prestação de Contas do Exercício de 2016 à, Egrégia Corte de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO / Tribunal de Contas do Estado de Rondônia), para melhor análise das Contas do Exercício em questão, da Administração Pública Municipal de Parecis/RO.

Vitor Hugo Moura Rodrigues - CRA – RO 4990
Controlador Interno
Parecis/RO



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

CERTIFICADO DE AUDITORIA

Certificado nº: 002/2017

Órgão: Prefeitura Municipal de Parecis/RO / Fundo Municipal de Assistência Social / Fundo Municipal de Saúde.

Exercício: Exercício de 2016

Cidade: Parecis/RO

Foram examinados os atos praticados pela Gestão Pública Municipal de Parecis/RO e das suas respectivas Subáreas (Secretarias e Fundos), atos estes praticados no período de 01/01/2016 a 31/12/2016. O mesmo se justifica para realizar o Relatório Anual do Exercício de 2016, relatório este previsto na Instrução Normativa nº 005/2000, 013/2004 e Lei Complementar nº 154/96 do TCE/RO.

Os exames foram efetuados por pesquisas descritiva/explorativa, exames e verificações por amostragem, incluindo teses nos controles das unidades, verificações do cumprimento das legislações e normas vigente, confrontações quanto á legitimidade dos documentos e atos da gestão de acordo com os avaliados, assim como avaliações dos aspectos de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão, gestão orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e operacional, assim como aplicação de outras medidas julgadas necessária. O mesmo pode ser acompanhado, conforme escopo do trabalho definido no Relatório Anual de Auditoria.

Apartir dos exames realizados, as seguintes constatações, que estão detalhadas no respectivo Relatório Anual, impactaram de forma relevante á Gestão Municipal e suas Subáreas, sendo necessária a atuação e acompanhamento das providências preventivas e/ou corretivas por parte dos Gestores (Excelentíssimo Senhor Prefeito **Luiz Amaral de Brito**, Gestor (a) do Fundo Municipal de Assistência Social Senhora **Greici Keli Rodrigues Lima** e Gestor (a) do Fundo Municipal de Saúde Senhor **Ronaldo Alencar Gonçalves Oliveira**).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

De forma geral, levando-se em conta algumas dificuldades enfrentadas pela gestão, em face do teor dos Relatórios Quadrimestrais, encaminhado a Egrégia Corte de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO / Tribunal de Contas do Estado de Rondônia) assim como os dados deste Relatório Anual de Auditoria, somos de opinião que a Gestão Administrativa e seus respectivos Responsáveis, realizaram de forma **REGULAR** suas atividades durante o exercício analisado. Porém cabe destacar, que as falhas e irregularidade apontadas com os Relatórios (Quadrimestrais e Anuais) devem ser sanadas, no intuito de evitar possíveis transtornos futuros, que veem a causarem prováveis Improbidades Administrativas.

Portando, em juízo ao que foi relatado, apresenta-se o Relatório Anual de Auditoria, referente à Prestação de Contas do Exercício de 2016, elaborado posteriormente ao período, pela Unidade de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Parecis/RO, elaborado pelo Controlador, Senhor Vitor Hugo Moura Rodrigues, a esta Egrégia Corte de Contas, para melhor análise das Contas do Exercício de 2016, da Administração Pública Municipal de Parecis/RO.

Parecis/RO, 29 de março de 2017.

Vitor Hugo Moura Rodrigues – CRA – RO 4990
Controlador Interno
Parecis/RO



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

**PARECER CONCLUSIVO DE AUDITORIA SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO
DE 2016**

Diante do exposto, em conformidade com a Instrução Normativa nº 013/2004 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, com todas as documentações contábeis necessária para prestação de contas, o exercício de 2016 da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde, encontra-se em conformidade com as leis vigentes que regem a prestação de contas da gestão pública.

As documentações analisadas foram Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Decretos, Leis, Resoluções, Orçamento, Balanços, Demonstrativos, Balancetes, Despesas e Dotações. Os atos de gestão do exercício foram analisados por amostragem, na extensão julgada necessária, não sendo constatados atos ilegais ou ilegítimos que possam comprometer as contas do ordenador de despesa, porém com pequenas infrações a serem sanadas. Deste modo, encaminha-se a esta Egrégia Corte de Contas, as Contas do exercício de 2016 da Administração Pública de Parecis/RO, para análise do Controle Externo.

É o Parecer.

Parecis/RO, 29 de março de 2017.

Vitor Hugo Moura Rodrigues - CRA /
RO 4990
Controlador Interno
Parecis/RO

Genair Marcilio Frez
CRC/RO 00759507
Contabilista
Parecis/RO



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS – RO
controladoriaparecisro@hotmail.com

PRONUNCIAMENTO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Em atendimento a Instrução Normativa nº 005/2000 e nº 013/2004 e Lei Complementar nº 154/96, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, atesto ter tomado conhecimento do Relatório Anual das Contas da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde do Município de Parecis/RO, emitido pela Unidade de Controle Interno, referente à Gestão do Exercício de 2016, tendo como Gestores o, Excelentíssimo Senhor Prefeito **Luiz Amaral de Brito**, Gestor (a) do Fundo Municipal de Assistência Social Senhora **Greici Keli Rodrigues Lima** e Gestor (a) do Fundo Municipal de Saúde Senhor **Ronaldo Alencar Gonçalves Oliveira** que vai acompanhado do Certificado e Parecer do responsável pela Unidade de Controle Interno, além dos documentos pertinentes.

Assim, considerando o relatório apresentado pela Unidade de Controle Interno, **DETERMINO** que a **Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e demais Secretarias Municipais e Fundos**, tome as devidas providências para sanar, as falhas apontadas com os presentes Relatórios (Anuais e Quadrimestrais), assim como observar as pendências apontadas nos relatórios anteriores, se as quais, alguma não foi sanada até a presente data.

Publique-se na forma da lei.

Encaminha-se ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, juntamente com o relatório e o Certificado emitido pela Unidade de Controle Interno.

Parecis/RO, 29 de março de 2017.

Luiz Amaral de Brito
Prefeito Municipal
Parecis/RO